



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# A comunidade internacional e a intervenção supostamente humanitária no Haiti:

fracassos e descaminhos  
Ricardo Seitenfus

**Como citar:** SEITENFUS, R. A comunidade internacional e a intervenção supostamente humanitária no Haiti: fracassos e descaminhos. *In:* SALATINI, Rafael. **Cultura e direitos humanos nas Relações Internacionais – vol 2** (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 91-106.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-803-3.p91-106>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## 5.

# A COMUNIDADE INTERNACIONAL E A INTERVENÇÃO SUPOSTAMENTE HUMANITÁRIA NO HAITI: FRACASSOS E DESCAMINHOS

*Ricardo Seitenfus*

“A loucura consiste em comportar-se da mesma maneira e esperar um resultado diferente.”  
(Albert Einstein)

O Haiti vive desde 1986 um conflito *doméstico* de baixa intensidade. Trata-se da inevitável luta pelo poder entre atores políticos. Ausentes uma situação de guerra civil, ou o risco de crimes coletivos ou ainda a perspectiva de genocídio. Ao contrário. Os índices de violência estão entre os menores da região. A única particularidade desta disputa política consiste no fato de que não são respeitadas as regras do jogo democrático.

O Haiti tampouco constitui uma ameaça aos seus vizinhos. Em 1995 aboliu suas Forças Armadas e dispõe unicamente de uma Polícia Nacional, pobremente equipada e treinada, além de reduzidos efetivos.

Apesar destas condições, a Comunidade Internacional (CI) enviou ao Haiti, entre 1993 e 2016, nada menos de sete missões de intervenção militar, policial e civil patrocinadas pelas Nações Unidas (ONU) com o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Devido à suposta falta de alternativa e uma percepção caolha dos desafios haitia-

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-803-3.p91-106>

nos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) chamou para si a responsabilidade de “estabilizar” o país. Inclusive a atual intervenção que pretende ser a derradeira, intitula-se *Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti* (MINUSTAH).

O sistema de prevenção de litígios, mormente o das Nações Unidas, não é adaptado às necessidades e ao contexto haitiano. Seu fracasso se insere em uma histórica desinteligência do Ocidente com a ilha rebelde. Esta nunca deixou de ser objeto de uma atenção negativa por parte do sistema internacional. Percebido como uma ameaça, é a força, jamais o diálogo, que define as relações do mundo com o Haiti.

### **O BURACO NEGRO DA CONSCIÊNCIA OCIDENTAL**

Localizada numa Bacia caribenha considerada *mare nostrum* por Washington, escassas milhas a separam de Cuba, o Haiti também é tributário de seus históricos vínculos com a França. Estes supostos parceiros buscam alcançar um único objetivo: congelar o poder e transformar os haitianos em prisioneiros da própria ilha. O receio dos *boat people* que fujam da ilha explica as decisões internacionais em relação ao Haiti. Ademais, há que premunir-se contra as idéias de igualdade e liberdade que nascem no berço dos direitos humanos fundamentais.

Ao longo de dois séculos, a presença de tropas estrangeiras se alternou com a de ditadores. O pecado original do Haiti, na cena mundial, é sua libertação. Os haitianos cometeram o inaceitável em 1804: um crime de lesa-majestade frente a um mundo inquieto. O Ocidente estava no auge do colonialismo, sustentado pela escravidão e de seu profundo racismo. Assim, o modelo revolucionário haitiano assustou as grandes potências colonialistas e racistas. Os Estados Unidos somente reconheceram a independência do Haiti em 1862 e a França exigiu pesada compensação financeira para aceitar essa libertação. Logo, a independência é comprometida e o desenvolvimento entravado. Desde então o mundo nunca soube como tratar o Haiti e resolveu ignorá-lo. Começaram os 200 anos de solidão e de desprezo ao Haiti no cenário internacional.

Surge durante a Revolução Francesa o paradoxo do discurso da liberdade com a prática da escravidão. O radicalismo da revolução haitiana

coloca em cheque as premissas mais progressistas dos principais pensadores humanistas europeus dos séculos das Luzes. O que havia de mais puro, inovador, revolucionário e humanista, ao confrontar-se com as idéias, lutas e dramas provenientes de *Saint Domingue*, aparece *gauche*, inconsistente, contraditório e insuficiente.

Não chega a ser uma surpresa constatar que Thomas Hobbes considere a escravidão como “parte inalienável da lógica de poder” (DAVIS, 1975, p. 263). Tampouco que John Locke, “Como acionista da Real Companhia Africana, envolvida na política colonial americana na Carolina.” (BUCK-MORSS, 2011, p. 135), a defina como sendo uma *instituição justificável*. Menos ainda que François-Marie Arouet – Voltaire – enriquecendo-se com especulações na Bolsa de Valores durante o Reinado de Louis XVI, inclusive com ações de companhias que investiam em *Saint-Domingue*, não tenham manifestado qualquer contrariedade com o regime de escravidão.

O inconsistente aparece com o silêncio omissivo e conivente de Jean-Jacques Rousseau – defensor intransigente da liberdade – que jamais se referiu aos acontecimentos de *Saint-Domingue* e sequer mencionou a prática da escravidão na África.

Um exemplo carregado de significados ocorre com Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Durante duzentos anos um pesado silêncio pairou sobre suas relações com a escravidão haitiana. O véu começou a ser levantado recentemente a demonstrar que Hegel não somente inspirou-se na revolução haitiana para elaborar sua obra *La Phénoménologie de l'esprit*, na qual dissecou a dialética das relações entre *le maître et l'esclave*, como também não esteve imune ao racismo que subjogou seus colegas contemporâneos<sup>1</sup>.

Quando os guardiões da liberdade e da igualdade assim se posicionavam, à Revolução haitiana restou tão somente a violência do feito, a desumanidade dos combates e o suposto radicalismo de um mundo dominado por credíes.

O racista e eurocêntrico Ocidente cria o sistema colonial que estende, a partir do século XVI, seus tentáculos através do mundo a dominar populações dos demais continentes. Mais do que uma idéia, existe a convicção da incontestada supremacia branca sobre as demais raças. Nestas

---

<sup>1</sup> Consultar BUCK-MORSS, 2011; TAVARES, 1992; e TAVARES, 1993.

condições, quando os escravos haitianos derrotam as tropas napoleônicas, o Ocidente não está preparado para aceitar, sequer explicar, a impensável catástrofe.

Bem mais que sua excepcionalidade, o radical tripé revolucionário haitiano impressionou os mestres de um Brasil que se encontrava nos estertores de sua fase colonial. A liberdade alcançada pelos escravos haitianos era considerada uma blasfêmia a ser combatida. Deveria ser impedida qualquer aproximação dos movimentos libertários brasileiros com o perigoso mal. O *haitianismo*

se tornou expressão que definiria a influência daquele movimento sobre a ação política de negros e mulatos, escravos e livres nos quatro cantos do continente americano [ainda mais que desde 1805] o retrato de Jean Jacques Dessalines decorava medalhões pendurados nos pescoços de milicianos negros no Rio de Janeiro. (REIS, 2000, p. 248).

Quando se trata de destruir outras culturas o colonizador branco age com rapidez e maestria. Contudo, em nenhum outro lugar do Novo Mundo o extermínio da população indígena alcançou tamanha velocidade e foi tão feroz como o ocorrido no magnífico cenário da ilha de Espanhola. Assim, aproximadamente seiscentos mil índios serão massacrados, majoritariamente Tainos. Estes legam unicamente a denominação “Haiti” (“país das montanhas” em língua Taino) aos que os vingarão quando da independência.

O processo de colonização marca o início da globalização. Da inevitável descolonização que se desenrolou em etapas históricas ao longo dos séculos XIX e XX implicou todos os Continentes, surgiram mais de 150 novos Estados que refizeram o mapa político mundial. De todas as experiências, por vezes dramáticas, decorrentes da descolonização, nenhuma alcançou à haitiana. Nenhum Estado, embora nascido a fórceps das lutas de independência, será objeto da rejeição unânime e radical como a que foi objeto o Haiti. Nenhum outro jovem Estado receberá do mundo o tratamento iníquo que será infligido ao berço dos direitos humanos fundamentais. Avançado para o seu tempo, o Haiti teve razão demasiado cedo.

Calejado por tantas batalhas feitas ao *Branco* – significado de todo e qualquer estrangeiro – o indomável Haiti tece terríveis e traiçoeiras armadilhas aos olhares imprudentes que o perscrutam. Feitas de astúcias,

de dissimulações, de malandragens, de manobras de diversão, de ardis, de estratégias, de tergiversações e de impudência. Estratégias de sobrevivência indispensáveis frente aos seus poderosos inimigos.

A Comunidade Internacional não pretende compreender, muito menos aceitar, esta realidade contraditória. Ela busca simplesmente estabilizar um poder político instável, normalizar um país supostamente “anormal” e, diz ela, fazer com que os parâmetros da democracia representativa se imponham. A crise de 2004 é a oportunidade sonhada.

### **A QUEDA DE JEAN-BERTRAND ARISTIDE (FEVEREIRO DE 2004)**

Ao entardecer do dia 28 de fevereiro de 2004, o presidente Jean-Bertrand Aristide encontra-se isolado, solitário, deixado à própria sorte. Não tendo sido o melhor advogado de sua causa, ele está à espera dos mesmos diplomatas e militares que, dez anos antes, o trouxeram de volta à pátria e o recolocaram no Palácio Nacional. Agora o obrigam-no a abandonar a ambos.

Apesar de sua relutância inicial, finalmente o *jogo de soma zero* jogado pela oposição haitiana rendeu frutos inesperados aos Estados Unidos. Se comparadas a operações similares empreendidas na região (Guatemala, 1954; República Dominicana, 1965; Chile, 1973; Granada, 1983; Panamá, 1989) ou fora dela, a haitiana, por suas características e resultados, se constitui na de maior êxito.

Os elementos de satisfação são numerosos: ausentes uma ocupação militar unilateral e derramamento de sangue, reconstituição da aliança ocidental fragilizada pela guerra do Iraque, intervenção legitimada pela exigência de importantes setores da sociedade haitiana, flagrante urgência humanitária e, finalmente, a intervenção responde à solicitação do próprio Aristide que tem a vida salva.

Excetuando as críticas de Aristide uma vez no exílio, a intervenção recolhe unânime aprovação. O sucesso da empreitada alcança tal magnitude que deixa margem de dúvidas quanto sua verdadeira natureza. Trata-se de uma clássica intervenção nos moldes imperiais ou, ao contrário, trata-se de uma operação de caráter humanitário visando aportar

auxílio a um povo refém do caos e a resguardar a vida de um presidente democraticamente eleito?

Antes do entardecer do fatídico dia, já munida com a demanda de intervenção do Presidente da Corte Suprema, Boniface Alexandre – contornando assim os impedimentos contidos na Carta das Nações Unidas<sup>2</sup> – o Conselho de Segurança adota a Resolução 1529 na qual reconhece e legitima o golpe. À luz do capítulo VII da Carta<sup>3</sup>, patrocina uma Missão Interina Multinacional (MIF), encarregada de manter a ordem no Haiti.

Em suas alegações o CSNU considera que “a situação do Haiti representa uma ameaça a paz e a segurança internacional e para a estabilidade do Caribe, especialmente porque ela poderia provocar um êxodo em direção a outros Estados da sub-região”.

A leviandade com a qual o CSNU define um conflito político de alcance estritamente doméstico, caracterizando-o como uma ameaça à paz regional, impregnará de maneira indelével e permanente a ação da comunidade internacional no Haiti.

A partir do momento em que são lançadas as equivocadas premissas, impregnadas pelos inquestionáveis poder e direito que emanam das resoluções do CSNU, o complexo dilema haitiano se transforma em simples questão de segurança militar. O Haiti é um Estado perigoso. Seus habitantes constituem uma ameaça regional e devem continuar sendo prisioneiros de sua própria ilha.

Cabe recordar que malgrado seu caráter multifacetado, todas as Missões, foram abrigadas sob o guarda-chuva do capítulo VII da Carta da ONU. Assim, em 2 de agosto de 1994 o CSNU adota a Resolução 940 prevendo a criação de um contingente militar multinacional para intervir no Haiti. Pela primeira vez em sua história, as Nações Unidas lançam mão do Capítulo VII de sua Carta para tratar de um assunto de natureza constitucional e, portanto, estritamente doméstico. A partir do momento em que o CSNU considera que as crises políticas internas haitianas represen-

<sup>2</sup> Artigo segundo, parágrafo 7.

<sup>3</sup> O capítulo VII, o mais importante da Carta, trata da “ação em caso de ameaça contra a paz, ruptura da paz e ato de agressão”. Consultar SEITENFUS, 2009.

tam uma ameaça à paz e a segurança internacional, ele se transforma em refém suplementar da maneira como se pratica a política no Haiti.

A resolução 940 suscitou dúvidas e críticas. O próprio CSNU referiu-se a situação e circunstâncias “únicas e excepcionais” bem como a natureza “complexa e extraordinária” de uma situação a exigir uma “reação excepcional” que não poderia, em nenhuma hipótese, ser utilizada como precedente.

Apesar da oposição do Brasil e das reticências da China e Rússia, a resolução 940 foi adotada e se transformou, contrariando seus próprios dispositivos, em paradigma no tratamento de posteriores crises do país caribenho. O precedente excepcional se transmuta em regra petrificada e imutável. Desde então, os sobressaltos políticos e estritamente domésticos do instável Haiti serão percebidos pelo CSNU como uma ameaça que deve ser respondida pela intervenção de contingentes militares estrangeiros.

O medo, a ignorância, o descaso e a indiferença são péssimos conselheiros. Ao longo das próximas décadas a comunidade internacional pagará, juntamente com a grande maioria da população haitiana, um alto preço pela equivocada e simplista avaliação.

A solução da contenda segue o clássico *script* das crises e embates políticos com os quais os haitianos nos acostumaram: radicalismo dos contendores, fracasso das mediações, violência esporádica, crise humanitária, ameaça de êxodo em direção à Flórida, intervenção estrangeira e exílio do derrotado.

Secundado pelo estrangeiro, aplica-se, uma vez mais, o modelo haitiano de resolução de suas crises políticas baseado no exclusivo exercício do poder. A arte do canibalismo político alcança perfeição deixando abertas feridas que não cicatrizarão, prelúdio de embates e crises vindouras (SEITENFUS, 2011).

A intervenção do Ocidente na crise constitucional haitiana de 2004 se sustenta na

mistura de paternalismo, de messianismo e de ingenuidade que incita a favorecer as idéias de intervenção no que elas têm de cínico, fazendo crer que tudo o que é ocidental é necessariamente bom para o mundo [...] Como emblema maior, as idéias de liberdade, de democracia e de Estado de Direito. (BADIE, 2011, p. 140).



O Ocidente, orientado pelos Estados Unidos, pratica um multilateralismo seletivo que conduz os Estados membros permanentes do CSNU a impor as *coalitions of the willing*. Assim, incumbe “aos Estados do clube dirigir ou monopolizar uma intervenção, sob mandato da ONU ou, na falta deste, auto-constituída e retirando sua legitimidade da união democrática” (BADIE, 2011, p. 144).

A imposição da democracia ocidental responde a duas funções fundamentais. Por um lado, legitimar o ativismo ocidental no cenário internacional e por outro, justificar a extensão do modelo democrático ao conjunto do planeta. Resultante de uma mistura do *wilsonismo* do início do século passado e do *reaganismo*

a nova ideologia transformava a democracia em religião, em um sistema de valores mais do que em um direito, em um pensamento mais do que uma prática e que deveria ser imposta, por todos os meios, inclusive pela força, aqueles que não haviam sido os eleitos ou os nativos. A idéia do “regime change” se transformaria na matriz, impondo-se, então, como princípio primeiro da nova política externa. (BADIE, 2011, p. 144).

A imposição ideológica do suposto *Direito de Ajudar* alcança tamanha magnitude que faz surgir, no caso haitiano, uma inesperada e improvável novidade. Ela conduzirá ao Mar do Caribe o *Grupo ABC* (Argentina, Brasil e Chile) bem como outros Estados sul-americanos. Beneficiando-se de amplo apoio ideológico, de recorrente indiferença da opinião pública frente às questões internacionais e coincidindo com a estratégia de inserir de forma inovadora a região no sistema internacional, importantes e numerosos Estados sul-americanos enviarão seus militares ao Haiti.

## **O BRASIL LIDERA O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO**

A presença dos soldados sul-americanos na terra de Dessalines é a maneira – surpreendente e original – encontrada pela América Latina para saudar o bicentenário da gloriosa independência do Haiti.

As motivações latino-americanas padecem de duas debilidades. Por um lado, em sua grande maioria, são explicitadas *a posteriori*, inclusive

em meus escritos da época. Ou seja, primeiro há uma decisão em participar da futura MINUSTAH e somente após alguns meses começam a surgir explicações e supostas motivações. Por outro lado, o calendário do processo de tomada de decisão indica uma brusca e impensável mudança. Assim, no dia 25 de fevereiro de 2004 o *Grupo do Rio* publica um comunicado em Brasília de apoio a Jean-Bertrand Aristide. Escassos três dias depois esse é retirado do poder. Decorridos tão somente cinco dias, em 4 de março, o Brasil comunica que enviará um contingente militar de 1.100 homens ao Haiti. Logo outros governos latino-americanos seguem os passos do Brasil.

Como explicar tamanha reviravolta em um lapso de tempo tão reduzido? No caso brasileiro a resposta é simples: a decisão foi tomada pela presidência da república sem levar em consideração a tradição de não-intervenção nos assuntos internos dos Estados e tampouco a oposição que até então prevalecia no Itamaraty.

Com um inusitado contorcionismo jurídico, político e ideológico a justificar a inexistência de ruptura da ordem constitucional haitiana, a esquerda latino-americana, de maneira unânime, condena Aristide, afasta-se do Lavalas, apóia o golpe e a conseqüente intervenção militar estrangeira. Ao fazê-lo, concedem legitimidade ao golpe, associam-se às posições mais radicais dos Estados Unidos, França e Canadá, lhes fornecendo alibi e suporte ideológico. Portanto, abrem caminho para a participação de importantes Estados da região na composição das forças militares estrangeiras que, sob a bandeira das Nações Unidas, intervirão no Haiti.

Nos primeiros dias de março de 2004 o presidente Lula se entrevista telefonicamente com o presidente Bush e logo a seguir com o presidente Chirac. Nestas oportunidades os dois mandatários estrangeiros convidam o Brasil a participar da MINUSTAH e a assumir o comando de sua vertente militar. Imediatamente o porta-voz da presidência da república, André Singer, convoca uma coletiva de imprensa e anuncia o que havia sido alinhavado:

O Presidente Chirac evocou, na conversa com o Presidente Lula, a crise do Haiti. O Presidente Chirac disse que na segunda etapa das operações internacionais de paz naquele país, quando será formada uma força multilateral das Nações Unidas, conforme decisão do Conselho de Segurança é fundamental a participação de tropas brasileiras. Acrescentou que seria de suma importância, também, que o

Brasil assumisse o comando dessa força, a ser composta de contingentes canadenses, franceses, norte-americanos e argentinos, além dos brasileiros. O Presidente da França lembrou que essa é, também, a opinião do Secretário geral da ONU, Kofi Annan. O Presidente Lula disse que o Brasil fica honrado com essa indicação, e que está à disposição das Nações Unidas, tanto para o envio de tropas quanto para o exercício do comando. Informou, também, ao Presidente Chirac, que está pronto a ser enviado ao Haiti um contingente de 1.100 militares brasileiros especialmente treinados para essas missões<sup>4</sup>.

Como explicar a radical reviravolta sul-americana e a rapidez da decisão que a acompanha?

A inconciliável disputa no seio da esquerda haitiana a partir de 1999 entre, de um lado, Jean-Bertrand Aristide e de outro, Gérard Pierre-Charles, fará com que a quase totalidade dos movimentos sociais e dos partidos políticos de esquerda da América Latina afastem-se do movimento Lavalas e se declarem solidários a Pierre-Charles.

Este processo conhece seu transcurso político e ideológico nos debates sobre o Haiti que acontecem no interior do *Foro de São Paulo*. Ao analisá-lo pode-se melhor entender o papel preponderante desempenhado pelo Partido dos Trabalhadores brasileiro e do ex-secretário geral e um dos idealizadores do *Foro*, professor Marco Aurélio Garcia, na decisão tomada afoitamente pelo governo brasileiro.

Tendo sido consumado o divórcio entre Aristide e Pierre-Charles por ocasião das contestadas e contestáveis votações de 2000, o *Foro* muda completamente de posição e ao ungir Pierre-Charles como seu solitário integrante haitiano, inicia suas agressões a Aristide e ao seu Governo. Assim, quando do X Encontro realizado em Havana em dezembro de 2001, a Resolução adotada sobre o Haiti esposa, inclusive em sua redação, a tese da Convergência Democrática de Pierre-Charles.

O X Encontro do Foro de São Paulo, reunido de quatro a sete de dezembro de 2001, em Havana, Cuba, chama a atenção sobre as conseqüências das eleições fraudulentas do ano de 2000 no Haiti, que exasperaram uma prolongada crise institucional, evidenciando a *incapacidade do governo populista e corrupto de Aristide* em encarar os

<sup>4</sup> Coletiva de André Singer, RADIOBRAS, quatro de março de 2004.

graves problemas da nação. Crescem a miséria e o descontentamento, enquanto a repressão e as violações dos direitos humanos nutrem uma crescente instabilidade e polarização política. As repetidas missões de conciliação empreendidas pela OEA e a CARICOM não puderam ainda facilitar uma saída negociada entre o poder Lavalas e *a Convergência Democrática, a qual, com o apoio de amplos setores da população, se mostram como a alternativa a este regime personalista que frustrou as esperanças populares*<sup>5</sup>.

Utilizando-se de idêntica qualificação e vocabulário – tais como *populista, corrupto, personalista* – empregado por críticos de vários de seus governos, o *Foro de São Paulo* defende que o Haiti deveria prescindir de eleições. Bastaria substituir Aristide por Pierre-Charles.

O Haiti é um concentrado dos dramas e dos fracassos da solidariedade internacional. A ONU aplica cegamente o capítulo VII de sua Carta e implanta suas tropas para impor uma operação de paz. Ela justifica-se com a desculpa burocrática que o mandato do CSNU descarta operações que não sejam as militares. As condições haitianas fazem com que, de fato, seu mandato se resume na manutenção da paz dos cemitérios.

#### **A INTERVENÇÃO DA MINUSTAH: UMA DÉCADA DE FRACASSOS**

O ano de 2010 ficou marcado como o mais terrível da história haitiana marcada por três acontecimentos maiores. O primeiro ocorre em 12 de janeiro quando um terremoto destrói a região metropolitana de Porto Príncipe matando mais de 240.000 pessoas, ferindo outras tantas e desabrigando aproximadamente 1,5 milhões de pessoas.

O segundo tem início em meados de outubro e se prolongará por muitos anos. Trazido por soldados nepaleses a serviço da MINUSTAH, pela primeira vez aporta no país o vibrião da cólera. As desumanas condições sanitárias que imperam no Haiti fizeram com que a epidemia se alastrasse matando 8.000 pessoas e infectando outras 800.000.

---

<sup>5</sup> Ressaltado pelo Autor. Note-se que esta tomada de posição radical antecede de poucos dias os ataques contra a oposição de 17 de dezembro daquele ano. Estas agressões resultaram em irreparável dano à respeitabilidade de Aristide e o afastaram definitivamente dos movimentos e partidos de esquerda latino-americana, que haviam alcançado o poder em vários países.

Enfim, o terceiro acontece por ocasião das eleições presidenciais de fins de novembro 2010 a fevereiro de 2011, e dão lugar à intromissão – tão inverossímil quanto vergonhosa – de certos países ditos *amigos do Haiti*, da ONU e da OEA, impondo um candidato não somente à revelia da vontade popular, mas também contrariando elementares regras diplomáticas e basilares princípios eleitorais.

Não satisfeitos, a CI tenta perpetrar um golpe contra o presidente Préval retirando-o do poder e enviando-o ao exílio. Iniciei pessoalmente um processo de resistência o que me custou meu posto de Representante Especial da OEA no Haiti<sup>6</sup>.

Muitos de nossos dissabores no Haiti provêm, antes de tudo, da própria filosofia a orientar nossas percepções e ações. Há inúmeras maneiras de abordar a crise haitiana. Contudo ela é, antes de qualquer outra consideração, uma *crise de poder*. Trata-se da transição de um modelo que exclui do jogo político a imensa maioria da população, para um modelo que a inclui. Ou seja, a implantação da denominada democracia representativa.

De todas as recentes experiências de transição política da ditadura para a democracia, a longa, caótica e sempre adiada democratização haitiana é a única que ainda não pode definir as regras do jogo do combate pelo poder. As transições políticas latino-americanas que proporcionaram a transferência do poder dos militares aos civis perseguiram modelos, sofreram tensões – que em certos casos provocaram conflitos armados – e ritmos distintos. Todavia, todas elas encontram-se um denominador comum: foi firmado um pacto de governabilidade estipulando o respeito das regras do jogo democrático e propiciando o convívio entre as forças políticas.

Além disso, deve ser adicionado o fenômeno histórico de intervenções estrangeiras – unilaterais, multilaterais, legais ou não – sustentadas em muitos casos no exercício do poder. A natureza e a recorrência destas intervenções fazem com que o exógeno se transforme em ator de crises endógenas. Embora sejam correntes os vínculos entre crises políticas domésticas e interesses estrangeiros, o caso haitiano reveste-se de singular particularidade.

---

<sup>6</sup> Este e outros episódios estão narrados em SEITENFUS, 2014 (versões em francês e espanhol).

A intromissão estrangeira, mormente quando exerce um incontestável poder como no caso da MINUSTAH, indica que o vilipendiado sistema político haitiano consegue impor sua norma fundadora e seus princípios cardeais ao próprio sistema global de tratamento de crises.

Apesar da assistência eleitoral estrangeira ao Haiti consumir, desde o início da década dos anos 1990, aproximadamente US\$ 3 bilhões de dólares, o sistema eleitoral haitiano permanece sendo marcado por irritante fragilidade institucional, por recorrente incapacidade técnico-financeira e pela realização de eleições cujos resultados se prestam à contestação a provocar crises políticas que desembocam, invariavelmente, em intervenções estrangeiras.

Por conseguinte, são os desafios políticos que deveriam estar no centro da estratégia da CI no Haiti. Apesar das necessidades imensas de toda ordem, é a política que constitui o cerne dos dilemas. Na ausência de um *modus vivendi* aceitável por todos e de regras do jogo que se imponha aos atores, não há remédio. Enquanto a CI mantiver sua cegueira frente a esta realidade e contentar-se com soluções de poder não haitianas, a crise pode beneficiar-se de uma calmaria, jamais de um epílogo.

Como corolário ao seu modelo político, no plano econômico o Haiti sobrevive em profunda e crônica dependência externa. Ausente um sistema fiscal coerente e eficaz, o debilitado Estado haitiano consegue amalhar, através de impostos alfandegários e sobre ínfima parte do consumo, tão somente 10% do que necessita para funcionar minimamente. Portanto, 90 % do orçamento estatal provêm das remessas da diáspora haitiana e de doações internacionais.

O Haiti é também vítima da ação de certas Organizações não Governamentais de Alcance Transnacional (ONGAT)<sup>7</sup>, pois existe uma relação maléfica e perversa entre a força destas e a fraqueza do Estado haitiano. A maioria delas só existe por causa da desgraça haitiana. Vítima igualmente da caridade alheia que não pode constituir o motor de suas relações exteriores. Vítima enfim, de sua elite mercantilista e de uma classe política predadora.

---

<sup>7</sup> Trata-se de referência feita exclusivamente às Organizações não Governamentais (ONGs) *estrangeiras* que atuam no Haiti.

Mais de 90% do sistema educativo e de saúde são privados. O país não dispõe de recursos públicos sequer para fazer funcionar de maneira mínima um aparelho estatal. A ONU fracassa ao não levar em conta os elementos culturais. Resumir os desafios do Haiti a uma ação militar piora ainda mais a situação de um dos principais problemas do país: a debilidade de sua estrutura econômica. O grande desafio, além do político, é sócio-econômico. Quando a taxa de desemprego atinge 80% da força de trabalho disponível, é contraproducente e imoral montar uma operação de paz e enviar soldados sob o falso rótulo de uma *Missão de estabilização*. Não há nada a estabilizar e tudo a construir.

O modelo econômico haitiano pode ser assimilado aos modelos das economias de Estados que funcionam graças à renda proveniente de um grupo reduzido de *commodities*. A renda petrolífera dos países do Golfo Pérsico e de extração mineral de alguns países da África e da América Latina são os melhores exemplos. No caso do Haiti, a ajuda internacional constitui sua *commodity*. A origem da renda haitiana encontra-se em sua pobreza extrema, nos desastres naturais e em seus dramas sociais.

Consolidado na prática e nos espíritos, o paradigma haitiano satisfaz ao conjunto de atores. O governo dispõe de uma fonte segura de recursos, os países doadores recuperam a quase totalidade das doações, a elite haitiana recebe proteção e, finalmente, a burocracia das organizações internacionais pode beneficiar-se de vantagens salariais.

Para garantir a perenidade do paradigma torna-se indispensável que os problemas aparentemente enfrentados por ele perdurem. Decorre desta lógica que o povo haitiano deve permanecer em sua condição infra-humana.

A crise de poder inserida em um marco de profunda desigualdade social e de continuada depressão econômica, resulta em crítica situação a desafiar a ordem interna e internacional. Contudo, mesmo após vinte e três anos de presença fracassada no Haiti, com a irritante insistência em não compreender a essência da crise, a comunidade internacional prossegue com sua cega e tresloucada estratégia. Assim, sequer Albert Einstein poderá auxiliá-la.

## REFERÊNCIAS

BADIE, Bertrand. *La Diplomatie de la connivance: les dérives oligarchiques du système international*. Paris: La Découverte, 2011.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel et Haiti. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 90, p. 131-171, jul. 2011.

DAVIS, David Brion. *The problem of slavery in the age of revolution, 1770-1823*. Ithaca: Cornell University Press, 1975.

REIS, José Reis. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.

SEITENFUS, Seitenfus. *Legislação internacional*. Barueri, SP: Manole, 2009.

\_\_\_\_\_. Politischer Kannibalismus. *Der Spiegel*, 3 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Haiti, dilemas e fracassos internacionais*. Ijuí, RS: Unijuí, 2014.

TAVARES, Pierre-Franklin. Hegel et Haiti, ou le silence de Hegel sur Saint-Domingue. *Chemins Critiques*, Port-au-Prince, maio 1992.

\_\_\_\_\_. Hegel et l'abbé Grégoire: question noire et révolution française. *Annales Historiques de la Révolution Française*, n. 293-294, p. 491-509, 1993.



